



MOORE

RTA-065-2022

**Unimed Sul Paulista – Cooperativa de
Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de
2021 e de 2020, e o relatório dos auditores
independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-065-2022

Ribeirão Preto SP, 18 de fevereiro de 2022.

À
Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico
Itapetininga SP

Atenção do Senhor **Dr. Marcos Almeida Cunha**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhando-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 2 |
| Demonstrações Financeiras | |
| Balancos patrimoniais..... | 5 |
| Demonstrações do resultado..... | 6 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da
Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico
Itapetininga SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 18 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

| | Nota | 2021 | 2020 | | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|-------------------|-------------------|--|------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Circulante | | 25.835.353 | 23.494.732 | Circulante | | 17.376.131 | 12.911.599 |
| Disponível | | 4.469.484 | 4.473.019 | Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 13 | 4.036.928 | 4.069.295 |
| Realizável | | 21.365.869 | 19.021.713 | Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG | | 942.676 | 918.944 |
| Aplicações financeiras | 5 | 13.681.548 | 12.115.307 | Provisão para remissão | | 5.800 | 17.018 |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | | 5.824.810 | 5.557.536 | Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS | | 189.890 | 195.713 |
| Aplicações livres | | 7.856.738 | 6.557.771 | Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais | | 1.427.041 | 1.108.182 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 6 | 2.659.955 | 2.262.371 | Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA | | 1.471.521 | 1.829.438 |
| Contraprestações pecuniárias a receber | | 391.947 | 249.363 | | | | |
| Operadoras de Planos de Assistência à Saúde | | 1.958.573 | 991.529 | Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente | | 517.102 | 689.200 |
| Outros créditos de operações de Planos de Assistência à Saúde | | 309.435 | 1.021.479 | Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora | 14 | 1.809.346 | 1.453.315 |
| Créditos de oper.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora | 7 | 2.104.791 | 2.508.317 | Provisões para o IRPJ e CSLL | | 321.519 | 323.784 |
| Créditos tributários e previdenciários | 8 | 1.085.562 | 930.590 | Tributos e encargos sociais a recolher | 15 | 1.619.351 | 1.491.737 |
| Bens e títulos a receber | 9 | 1.769.795 | 1.097.889 | Empréstimos e financiamentos a pagar | 16 | 1.545.494 | 395.116 |
| Despesas antecipadas | | 45.494 | 44.838 | Débitos diversos | 17 | 7.347.059 | 4.391.861 |
| Conta corrente com cooperados | | 18.724 | 62.401 | Conta corrente com cooperados | | 179.332 | 97.291 |
| | | 26.207.624 | 16.940.927 | Não circulante | | 5.919.197 | 1.299.023 |
| Não circulante | | | | Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 13 | 254.702 | 277.629 |
| Realizável a longo prazo | | 1.804.200 | 256.611 | Provisões judiciais | 18 | 2.929.768 | 940.238 |
| Depósitos judiciais e fiscais | | 1.804.200 | 256.611 | Empréstimos e financiamentos a pagar | 16 | 1.124.356 | 70.785 |
| Investimentos | 10 | 5.735.383 | 5.560.026 | Débitos diversos | 17 | 1.610.371 | 10.371 |
| Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial | | 5.735.383 | 5.560.026 | | | | |
| Participações em outras sociedades | | 5.735.383 | 5.068.000 | Patrimônio líquido | 20 | 28.747.649 | 26.225.037 |
| Imobilizado | 11 | 17.812.019 | 10.903.268 | Capital social integralizado | | 7.777.073 | 7.332.431 |
| Imóveis de uso próprio: hospitalares | | 11.378.558 | 6.504.365 | Reservas: | | 20.441.735 | 18.464.960 |
| Imóveis de uso próprio: não hospitalares | | 8.485 | 11.321 | Reserva legal | | 12.916.647 | 12.554.454 |
| Bens móveis: hospitalares | | 3.602.477 | 3.265.058 | Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES | | 3.725.818 | 2.111.236 |
| Bens móveis: não hospitalares | | 1.170.151 | 593.149 | Reserva fundo de sinistralidade | | 3.799.270 | 3.799.270 |
| Outras imobilizações: hospitalares | | 1.652.348 | 529.375 | Sobras à disposição da AGO | | 528.841 | 427.646 |
| Intangível | 12 | 856.022 | 221.022 | | | 52.042.977 | 40.435.659 |
| | | 52.042.977 | 40.435.659 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 52.042.977 | 40.435.659 |
| Total do ativo | | 52.042.977 | 40.435.659 | | | | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

| Descrição | Nota | 2021 | 2020 |
|---|-----------|---------------------|---------------------|
| Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde | | 90.489.021 | 78.069.646 |
| Ingressos com operações de assistência à saúde | | 92.314.172 | 80.010.233 |
| Ingressos de contraprestações líquidas | | 92.306.515 | 79.886.805 |
| Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde | | 7.657 | 123.428 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora | | (1.825.151) | (1.940.587) |
| Eventos indenizáveis líquidos | 21 | (65.853.324) | (50.880.533) |
| Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados | | (66.211.241) | (51.137.752) |
| Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados | | 357.917 | 257.219 |
| Sobra das operações com planos de assistência à saúde | | 24.635.697 | 27.189.113 |
| Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde | | 93.878 | 227.237 |
| Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 23 | 12.196.918 | 7.174.178 |
| Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar | | 6.557.291 | 3.389.492 |
| Receita com administração de intercâmbio eventual | | 445.009 | 462.841 |
| Outros ingressos/ receitas operacionais | | 5.640.176 | 3.643.309 |
| (-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde | | (445.558) | (321.464) |
| Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde | | (3.609.641) | (2.436.987) |
| Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde | | (2.523.053) | (1.709.034) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | | (362.732) | (245.931) |
| Provisão para perdas sobre créditos | | (723.856) | (482.022) |
| Outros dispêndios/ despesas operac.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora | 24 | (14.038.085) | (15.726.424) |
| Resultado bruto | | 19.278.767 | 16.427.117 |
| Dispêndios/ despesas com comercialização | | (152.348) | (195.240) |
| Dispêndios/ despesas administrativas | 25 | (14.556.774) | (9.739.563) |
| Resultado financeiro líquido | 26 | (473.812) | 422.865 |
| Ingressos/ receitas financeiras | | 1.100.183 | 768.209 |
| Dispêndios/ despesas financeiras | | (1.573.995) | (345.344) |
| Resultado patrimonial | | 96.312 | 452.940 |
| Ingressos/ receitas patrimoniais | | 103.488 | 465.504 |
| Dispêndios/ despesas patrimoniais | | (7.176) | (12.564) |
| Sobra antes dos tributos e das participações | | 4.192.145 | 7.368.119 |
| IRPJ | 27 | (202.192) | (262.951) |
| CSLL | 27 | (91.079) | (103.302) |
| Participações sobre o lucro | | (85.990) | (77.066) |
| Sobra líquida do exercício | | 3.812.884 | 6.924.800 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Sobra líquida do exercício | <u>3.812.884</u> | <u>6.924.800</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente total | <u>3.812.884</u> | <u>6.924.800</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

| Descrição | Capital social | Reservas | | Reserva de contingências | Sobras à disposição da AGO | Total |
|---|------------------|-------------------|------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------|
| | | Reserva legal | RATES | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 6.957.630 | 11.910.232 | 1.306.541 | - | 299.874 | 20.474.277 |
| Destinações conforme AGO 2020: | | | | | | |
| Distribuição de sobras | - | - | - | - | (299.874) | (299.874) |
| Integralização de Capital | 374.801 | - | - | - | - | 374.801 |
| Antecipação de sobras | - | - | - | - | (1.248.967) | (1.248.967) |
| Sobras líquida do exercício | - | - | - | - | 6.924.800 | 6.924.800 |
| Transferência do resultado com terceiros para RATES | - | - | 482.584 | - | (482.584) | - |
| Constituição das reservas estatutárias: | | | | | | |
| Fundo de Reserva - 10% | - | 644.222 | - | - | (644.222) | - |
| RATES - 5% | - | - | 322.111 | - | (322.111) | - |
| Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO | - | - | - | 3.799.270 | (3.799.270) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 7.332.431 | 12.554.454 | 2.111.236 | 3.799.270 | 427.646 | 26.225.037 |
| Destinações conforme AGO 2021: | | | | | | |
| Distribuição de sobras | - | - | - | - | (427.646) | (427.646) |
| Integralização de Capital | 618.093 | - | - | - | - | 618.093 |
| Baixas de capital | (173.451) | - | - | - | - | (173.451) |
| Antecipação de sobras | - | - | - | - | (1.307.268) | (1.307.268) |
| Sobras líquida do exercício | - | - | - | - | 3.812.884 | 3.812.884 |
| Transferência do resultado com terceiros para RATES | - | - | 190.947 | - | (190.947) | - |
| Constituição das reservas estatutárias: | | | | | | |
| Fundo de Reserva - 10% | - | 362.193 | - | - | (362.193) | - |
| RATES - 5% | - | - | 181.097 | - | (181.097) | - |
| Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO | - | - | 1.242.538 | - | (1.242.538) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 7.777.073 | 12.916.647 | 3.725.818 | 3.799.270 | 528.841 | 28.747.649 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Atividades operacionais | | |
| (+) Recebimento de planos de saúde | 90.473.366 | 76.715.887 |
| (+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras | 527.113 | 272.631 |
| (+) Outros recebimentos operacionais | 21.715.229 | 13.123.566 |
| (-) Pagamentos a fornecedores/prestadores serv. saúde | (84.072.707) | (69.387.671) |
| (-) Pagamentos de comissões | (90.411) | (90.165) |
| (-) Pagamentos de pessoal | (2.773.406) | (3.690.728) |
| (-) Pagamentos de pró-labore | (1.198.545) | (956.393) |
| (-) Pagamentos de serviços de terceiros | (2.664.928) | (1.816.470) |
| (-) Pagamentos de tributos | (9.381.802) | (4.592.105) |
| (-) Pagamentos de processos judiciais cíveis/trabalhistas/tributários | (49.518) | (33.126) |
| (-) Pagamentos de aluguéis | (489.748) | (440.027) |
| (-) Pagamentos de promoção/publicidade | (886.389) | (507.576) |
| (-) Aplicações financeiras | (1.000.626) | - |
| (-) Outros pagamentos operacionais | (7.955.435) | (2.611.122) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | <u>2.152.193</u> | <u>5.986.701</u> |
| Atividades de investimentos | | |
| (+) Recebimentos de dividendos | - | 50.557 |
| (+) Recebimentos de venda de ativo imobilizado - hospitalar | - | - |
| (-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar | (2.346.898) | (1.275.824) |
| (-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros | (1.225.604) | - |
| (-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas | - | - |
| (-) Outros pagamentos das atividades de investimento | - | - |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | <u>(3.572.502)</u> | <u>(1.225.267)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| (+) Integralização de capital em dinheiro | 153.064 | 153.064 |
| (+) Recebimento empréstimos/financiamentos | 2.810.681 | - |
| (-) Pagamentos de juros - empréstimos/financiamentos/leasing | (8.784) | (68.418) |
| (-) Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos/leasing | (240.059) | (860.086) |
| (-) Pagamento de participação nos resultados | (1.216.088) | (1.211.115) |
| (-) Outros pagamentos das atividades de financiamento | (82.040) | - |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | <u>1.416.774</u> | <u>(1.986.555)</u> |
| Variação líquida do caixa | <u>(3.535)</u> | <u>2.774.879</u> |
| Demonstração da variação do caixa | | |
| Caixa e conta movimento de bancos no fim do exercício | 4.469.484 | 4.473.019 |
| Caixa e conta movimento de bancos no início do exercício | 4.473.019 | 1.698.140 |
| Aumento ou das disponibilidades | <u>(3.535)</u> | <u>2.774.879</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed Sul Paulista - Cooperativa de Trabalho Médico, que contava com 108 cooperados no final de 2021 (107 em 2020), respectivamente tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando-lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através da disponibilização dos serviços de seus cooperados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de valor determinado (preestabelecidos) e por serviços prestados (pós-estabelecidos), a serem atendidos pelos médicos associados, pela rede credenciada e pelos recursos próprios.

A Cooperativa conta com um Hospital 24 horas, um núcleo de atenção integral a saúde, unidade de Fisioterapia, Serviço de Atenção Domiciliar, Unimed Reabilita *espaço de reabilitação interdisciplinar* referência no atendimento às crianças com deficiências motoras, cognitivas ou sensoriais, um Ambulatório na cidade Angatuba, um Ambulatório na cidade de São Miguel, centro administrativo localizados no município Itapetininga para atendimento aos conveniados e particulares

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Cooperativa adotou medidas e ações para combater a disseminação do novo Coronavírus logo que foi declarada a pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi criado um Comitê de Crise com o objetivo de avaliar os impactos e riscos relativos aos negócios da Cooperativa. Foram desenvolvidos e implantados planos de contingência para manter a operação assegurando o bem-estar e saúde dos beneficiários, colaboradores e cooperados. Ações de comunicação e orientação em relação aos hábitos de higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, necessários para prevenção e controle do novo Coronavírus, foram realizadas por meio de cartazes, panfletos, mídias sociais, rádio, lives e e-mails. Instalação de barreiras nos locais de atendimentos aos beneficiários, em refeitórios para os colaboradores e prestadores de serviços contratados.

Uma tenda foi instalada na área externa ao PA – Pronto Atendimento, para atendimentos a pacientes com sintomas respiratórios em ambiente diferenciado e adequado, separado das outras consultas do Pronto Atendimento do hospital da cooperativa. Os pacientes nestas condições passaram por triagem nesta tenda. Houve a formação e treinamento de 4 novas equipes médicas para atendimento assistencial; além de reforço substancial do estoque disponível de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, necessários aos atendimentos, como máscaras cirúrgicas, aventais, óculos e luvas;

Houve alteração do sistema de visitas e do fluxo de acesso dos pacientes oncológicos pelas áreas externas do Hospital, suspensão de todas as cirurgias eletivas com continuidade de agendamento de cirurgias de urgências e oncológicas no plano de contingência COVID-19. Teleatendimento, para apoio aos beneficiários, suporte emocional com roda de conversa com colaboradores e sessões psicoterápicas. Criado “projeto “visita na Janela” e “visita Digital” para os pacientes De Internação Clínica e Terapia Intensiva com acompanhamento de psicologia e serviço social nos recursos próprios.

Com os colaboradores foram realizadas ações de trabalho home office, reuniões online, distribuição de máscaras, ações educativas sobre o novo Coronavírus, orientações e treinamentos internos de Paramentação e Desparamentação de EPIs.

Com os cooperados foram realizados cursos de capacitação para treinar as habilidades de manejo com pacientes com a Covid-19 e criação de book de protocolos assistenciais, com a população foram efetuadas ações de comunicação constante.

Esse rol de ações, visando a segurança de beneficiários, colaboradores, cooperados e da comunidade, teve impacto direto no caixa da cooperativa, cujo investimento foi de R\$ 1,7 milhões com a medicamentos hospitalares, compra de testes Covid-19, materiais de proteção, gastos com pessoal como horas extras, plantões e contratações para substituição nos casos de afastamentos, alterações estruturais e equipamentos de uso em pacientes de Covid-19.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a Administração da Cooperativa adotou medidas como: contenção de despesas das áreas administrativas, adotou a modalidade de trabalho home office, aumento do estoque de materiais e medicamentos de 20 dias para 90 dias (anestésicos, medicamentos, aventais, luvas, máscaras, macacão etc.).

Apesar dos esforços realizados pela Administração da cooperativa, vacinação de todos os colaboradores e beneficiários com terceira dose da vacina não foi possível concretizar os resultados esperados para 2021 devido ao alto índice de pessoas infectadas, aumentando nossos custos e diminuindo a expectativa de resultado.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 18 de fevereiro de 2022.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 e 7** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA; e
- **Nota explicativa nº 18** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e

perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “pro rata temporis” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:
Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN supra citada e a partir de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial.

j6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas

quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método

da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

t Novos pronunciamentos contábeis emitidos e não adotados

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Cooperativa, sendo eles:

| IFRS | CPC | Pronunciamentos | Data de entrada em vigor ANS |
|-------------|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| IFRS 16 | CPC 06 (R2) | Arrendamentos | 1º/01/2022 |
| IFRS 15 | CPC 47 | Receita de Contrato com Cliente | 1º/01/2022 |

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Até o encerramento deste relatório ainda não foi possível mensurar o impacto da adoção do CPC 06 sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2022, pois a Cooperativa está procedendo o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e realizando o alinhamento com a norma contábil.

▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificará a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passará a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas constará apenas a taxa de administração cobrada. As modificações serão feitas a partir de janeiro de 2022.

5 Aplicações financeiras

| Modalidade | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas(i) | | |
| ITAU SAUDE RF CP FIC | 5.824.810 | 2.978.370 |
| CDB/RBD | - | 2.579.166 |
| | 5.824.810 | 5.557.536 |
| Aplicações Livres | | |
| RDC UNINVEST - Unicred | 6.753.590 | 6.499.571 |
| Porto Seguro Capitalização | 62.700 | 58.200 |
| Outros títulos de renda fixa | 1.040.448 | - |
| | 7.856.738 | 6.557.771 |
| | 13.681.548 | 12.115.307 |

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

| Descrição | 2021 | | | 2020 | | |
|--|----------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| | Pré pagamento | Pós pagamento | Total | Pré pagamento | Pós pagamento | Total |
| Contraprestações pecuniárias a receber | | | | | | |
| Plano Individual | 250.016 | 59.575 | 309.591 | 148.211 | 58.101 | 206.312 |
| Plano empresarial/coletivo | 176.011 | - | 176.011 | 78.815 | - | 78.815 |
| (-) PPSC | (93.654) | - | (93.654) | (35.764) | - | (35.764) |
| | 332.373 | 59.575 | 391.948 | 191.262 | 58.101 | 249.363 |
| Contraprestações de corresponsabilidade assumida | | | | | | |
| Corresponsabilidade assumida | - | 2.258.353 | 2.258.353 | - | 1.169.601 | 1.169.601 |
| (-) PPSC | - | (299.781) | (299.781) | - | (178.072) | (178.072) |
| | - | 1.958.572 | 1.958.572 | - | 991.529 | 991.529 |
| Outros créditos de oper. de Planos de Assist. à Saúde | | | | | | |
| Plano Individual | 245.227 | - | 245.227 | - | - | - |
| Plano empresarial/coletivo | 64.208 | - | 64.208 | 1.021.479 | - | 1.021.479 |
| | 309.435 | - | 309.435 | 1.021.479 | - | 1.021.479 |
| | 641.808 | 2.018.147 | 2.659.955 | 1.212.741 | 1.049.630 | 2.262.371 |

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Intercâmbio a faturar | 1.618.090 | 2.182.835 |
| Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i) | 825.242 | 636.964 |
| (-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii) | (338.541) | (311.482) |
| | <u>2.104.791</u> | <u>2.508.317</u> |

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Créditos tributários e previdenciários

| Descrição | 2021 | 2020 |
|------------------|-------------------------|-----------------------|
| IRRF | 253.348 | 174.945 |
| IRPJ a restituir | 237.829 | 248.923 |
| ISS a compensar | 4.057 | 4.058 |
| CSLL a restituir | 143.508 | 58.398 |
| INSS a restituir | 156.221 | 156.221 |
| PIS | 51.667 | 51.212 |
| COFINS | 238.417 | 236.318 |
| FGTS | 515 | 515 |
| | <u>1.085.562</u> | <u>930.590</u> |

Os saldos estão compostos, substancialmente por impostos retidos da fonte pendentes de compensação.

9 Bens e títulos a receber

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Estoque de materiais e medicamentos (i) | 1.072.815 | 505.803 |
| Títulos a receber | 20.852 | 22.195 |
| Outros créditos a receber | | |
| Adiantamentos | 370.544 | 351.876 |
| Cartão de crédito a receber | 309.663 | 219.909 |
| Títulos protestados judicialmente | 990.543 | 992.728 |
| (-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC | (994.622) | (994.622) |
| | <u>1.769.795</u> | <u>1.097.889</u> |

- (i) Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, substancialmente composto por materiais e medicamentos hospitalares.

10 Investimentos

a Composição do saldo

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Participações em instituições reguladas | | |
| Unimed São Paulo Participações | 1.856.794 | 1.765.473 |
| Federação das Unimeds do Estado de São Paulo | 1.290.210 | 1.290.210 |
| Unimed Central Nacional | 312.746 | 297.570 |
| | <u>3.459.750</u> | <u>3.353.253</u> |
| Participações em instituições não reguladas | | |
| Unimed Cooperativa de Bens e Serviços | 1.337.081 | 1.337.081 |
| Unicred Campinas | 462.745 | 393.885 |
| LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda. | 300.000 | 300.000 |
| Unimed Seguradora | 100.000 | 100.000 |
| Unimed Sudeste Paulista | 75.807 | 75.807 |
| | <u>2.275.633</u> | <u>2.206.773</u> |
| | <u>5.735.383</u> | <u>5.560.026</u> |

b Movimentação dos investimentos

| Descrição | | | Incorporação de juros/ sobras | | | | Incorporação de juros/ sobras | |
|--|-------------------|----------------|--|-------------------|----------------|-------------------|--|--|
| | 31/12/2019 | Adições | ao capital | 31/12/2020 | Adições | ao capital | 31/12/2021 | |
| Participações em instituições reguladas | | | | | | | | |
| Unimed São Paulo Participações | 1.469.535 | - | 295.938 | 1.765.473 | - | 91.321 | 1.856.794 | |
| Federação das Unimeds do Estado de São Paulo | 1.290.210 | - | - | 1.290.210 | - | - | 1.290.210 | |
| Unimed Central Nacional | 270.027 | - | 27.543 | 297.570 | - | 15.176 | 312.746 | |
| | 3.029.772 | - | 323.481 | 3.353.253 | - | 106.497 | 3.459.750 | |
| Participações em instituições não reguladas | | | | | | | | |
| Unicred Campinas | 393.885 | - | - | 393.885 | 68.860 | - | 462.745 | |
| Unimed Cooperativa de Bens e Serviços | 1.268.536 | 68.545 | - | 1.337.081 | - | - | 1.337.081 | |
| Unimed Sudeste Paulista | 75.807 | - | - | 75.807 | - | - | 75.807 | |
| LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda. | 300.000 | - | - | 300.000 | - | - | 300.000 | |
| Unimed Seguradora S/A | - | 100.000 | - | 100.000 | - | - | 100.000 | |
| | 2.038.228 | 168.545 | - | 2.206.773 | 68.860 | - | 2.275.633 | |
| | 5.068.000 | 168.545 | 323.481 | 5.560.026 | 68.860 | 106.497 | 5.735.383 | |

11 Imobilizado

a Composição do saldo

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo histórico | Depreciação acumulada | 2021 | 2020 |
|------------------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | Líquido | Líquido |
| Terrenos | | 5.181.325 | - | 5.181.325 | 68.778 |
| Edificações | de 2,63% a 6,67% a.a. | 9.564.364 | (3.358.646) | 6.205.718 | 6.446.908 |
| Instalações | 10% a.a. | 183.489 | (66.964) | 116.525 | 40.940 |
| Aparelhos e equipamentos | de 10% a 20% a.a. | 7.118.408 | (4.183.260) | 2.935.148 | 2.599.998 |
| Veículos | 20% | 968.548 | (644.958) | 323.590 | 400.383 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.673.622 | (1.090.141) | 583.481 | 374.296 |
| Computadores e periféricos | 20% | 2.233.896 | (1.420.012) | 813.884 | 442.589 |
| Outras imobilizações | 20% | 16.335 | (16.335) | - | - |
| Benfeitoria em imóveis de 3º | 20% a.a. | 2.123.907 | (471.559) | 1.652.348 | 529.376 |
| | | 29.063.894 | (11.251.875) | 17.812.019 | 10.903.268 |

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

| Descrição | 1º/1/2020 | Aquisição | Baixa | Transferência | 31/12/2020 | Aquisição | Baixa | Transferência | 31/12/2021 |
|------------------------------|-------------------|----------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| Terrenos | 68.778 | - | - | - | 68.778 | 5.112.547 | - | - | 5.181.325 |
| Edificações | 9.564.364 | - | - | - | 9.564.364 | - | - | - | 9.564.364 |
| Instalações | 79.531 | 20.976 | - | 107 | 100.614 | 82.875 | - | - | 183.489 |
| Aparelhos e equipamentos | 6.845.969 | 228.892 | (37.921) | (7.154) | 7.029.786 | 834.046 | - | (745.424) | 7.118.408 |
| Veículos | 696.048 | 203.800 | - | - | 899.848 | 68.700 | - | - | 968.548 |
| Móveis e utensílios | 1.425.919 | 104.806 | (2.365) | (4.424) | 1.523.936 | 302.369 | (1.747) | (150.936) | 1.673.622 |
| Computadores e periféricos | 2.128.173 | 125.706 | - | (20.891) | 2.232.988 | 616.198 | - | (615.290) | 2.233.896 |
| Outras imobilizações | 16.335 | - | - | - | 16.335 | - | - | - | 16.335 |
| Benfeitoria em imóveis de 3º | 813.019 | 187.492 | (196.709) | - | 803.802 | 1.326.545 | (6.440) | - | 2.123.907 |
| | 21.638.136 | 871.672 | (236.995) | (32.362) | 22.240.451 | 8.343.280 | (8.187) | (1.511.650) | 29.063.894 |

c Movimentação da depreciação acumulada

| Descrição | 1º/1/2020 | Adição | Baixa | Transferência | 31/12/2020 | Adição | Baixa | Transferência | 31/12/2021 |
|------------------------------|---------------------|--------------------|----------------|----------------------|---------------------|--------------------|--------------|----------------------|---------------------|
| Edificações | (2.875.605) | (241.851) | - | - | (3.117.456) | (241.190) | - | - | (3.358.646) |
| Instalações | (53.858) | (5.709) | - | (107) | (59.674) | (7.290) | - | - | (66.964) |
| Aparelhos e equipamentos | (4.026.091) | (441.884) | 36.988 | 1.199 | (4.429.788) | (498.837) | - | 745.365 | (4.183.260) |
| Veículos | (403.718) | (95.747) | - | - | (499.465) | (145.493) | - | - | (644.958) |
| Móveis e utensílios | (1.072.040) | (83.915) | 1.891 | 4.424 | (1.149.640) | (91.929) | 433 | 150.995 | (1.090.141) |
| Computadores e periféricos | (1.640.512) | (176.733) | - | 26.846 | (1.790.399) | (244.903) | - | 615.290 | (1.420.012) |
| Outras imobilizações | (16.335) | - | - | - | (16.335) | - | - | - | (16.335) |
| Benfeitoria em imóveis de 3º | (355.342) | (105.317) | 186.232 | - | (274.427) | (197.132) | - | - | (471.559) |
| | (10.443.501) | (1.151.156) | 225.111 | 32.362 | (11.337.184) | (1.426.774) | 433 | 1.511.650 | (11.251.875) |

12 Intangível

a Movimentação do custo histórico

| Descrição | Taxa anual de amortização | | | 2021 | 2020 |
|------------------|----------------------------------|------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Amortização acumulada | Total | Total |
| Software | 20% | 1.916.193 | (1.060.171) | 856.022 | 221.022 |

b Movimentação da amortização acumulada

| Descrição | 1º/1/2020 | Adição | Baixa | 31/12/2020 | Adição | Baixa | 31/12/2021 |
|---------------------------|------------------|-----------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|
| Custo histórico | 1.087.870 | 76.311 | (4.062) | 1.160.119 | 760.393 | (4.319) | 1.916.193 |
| (-) Amortização acumulada | (845.950) | (93.147) | - | (939.097) | (121.074) | - | (1.060.171) |
| | 241.920 | (16.836) | (4.062) | 221.022 | 639.319 | (4.319) | 856.022 |

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

| Descrição | 2021 | | | 2020 | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i) | | | | | | - |
| Plano Individual | 942.676 | - | 942.676 | 918.944 | - | 918.944 |
| | 942.676 | - | 942.676 | 918.944 | - | 918.944 |
| Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii) | | | | | | |
| Rede credenciada | 415.000 | - | 415.000 | 363.493 | - | 363.493 |
| Cooperados | 666.533 | - | 666.533 | 493.839 | - | 493.839 |
| Intercâmbio | 345.508 | - | 345.508 | 250.850 | - | 250.850 |
| | 1.427.041 | - | 1.427.041 | 1.108.182 | - | 1.108.182 |
| Provisão para remissão | 5.800 | 6.800 | 12.600 | 17.018 | 3.240 | 20.258 |
| Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii) | 189.890 | 247.902 | 437.792 | 195.713 | 274.389 | 470.102 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv) | 1.471.521 | - | 1.471.521 | 1.829.438 | - | 1.829.438 |
| | 4.036.928 | 254.702 | 4.291.630 | 4.069.295 | 277.629 | 4.346.924 |

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

- (iii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iv) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 121.442.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN e a partir de 16 de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão conforme ofício nº 1214/2016 (GGAME(COATU)/DIOPE/ANS).

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 9.726.595 para 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.977.014 em 2020), multiplicado pelo fator $K=4,76\%$ que equivale a R\$ 462.986 (R\$ 427.306 em 2020) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a.1 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 71.867.710 em dezembro de 2021 (R\$ 65.003.872 em 2020); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 15.632.871 em dezembro de 2021 (R\$ 12.040.630 em 2020).

a.2 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:

- Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 123.102.292 em dezembro de 2021 (R\$ 116.108.838 em 2020); e;
- Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 68.017.952 em dezembro de 2021 (R\$ 56.522.715 em 2020).

A Margem de Solvência Exigida apresentada é de R\$ 16.215.608 (R\$ 14.679.827 em 2020) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 27.846.133 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 22.159.906 em 2020). Estando, portanto, em conformidade em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

14 Débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Rede contratada/credenciada | 1.739.158 | 1.453.315 |
| Outros | 70.188 | - |
| | <u>1.809.346</u> | <u>1.453.315</u> |

Referem-se a valores a pagar à rede prestadores relativos à atendimentos médico-hospitalar aos beneficiários não relacionados com plano de saúde da própria operadora, ou seja, atendimentos por meio de intercâmbio eventual.

15 Tributos e encargos sociais a recolher

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| IRRF | 754.987 | 662.024 |
| INSS | 559.296 | 464.856 |
| FGTS | 134.784 | 118.195 |
| COFINS | 42.121 | 80.790 |
| PIS | 6.845 | 13.128 |
| ISS | 44.145 | 75.863 |
| PIS/COFINS/CSLL retidos | 76.593 | 76.339 |
| Contribuição sindical | 580 | 542 |
| | <u>1.619.351</u> | <u>1.491.737</u> |

16 Empréstimos e financiamentos a pagar

| Modalidade | Vencimento final | 2021 | | | 2020 | | |
|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Consignado folha | - | - | - | - | 388 | - | 388 |
| Financiamentos | jan/23 | 172.685 | 10.881 | 183.566 | 394.728 | 70.785 | 465.513 |
| Capital de giro | set/23 | 1.372.809 | 1.113.475 | | | | |
| | | 1.545.494 | 1.124.356 | 183.566 | 395.116 | 70.785 | 465.901 |

As garantias são avais da diretoria e alienação de bens.

17 Débitos diversos

| Descrição | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | |
| Obrigações com pessoal | 3.249.801 | 2.760.831 |
| Fornecedores (i) | 2.061.302 | 1.628.323 |
| Depósitos de beneficiários | 115.956 | 2.707 |
| Aquisição imóvel hospital (i) | 1.920.000 | - |
| | 7.347.059 | 4.391.861 |
| Não circulante | | |
| Devolução de CH | 2.416 | 2.416 |
| Pagamento com discussão judicial | 7.955 | 7.955 |
| Aquisição imóvel hospital (i) | 1.600.000 | - |
| | 1.610.371 | 10.371 |
| | 8.957.430 | 4.402.232 |

(i) Substancialmente composto por valores a pagar para fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares.

18 Provisões judiciais

| Descrição | 2021 | 2020 |
|----------------------------|------------------|----------------|
| Tributária - Municipal (i) | 787.343 | 552.342 |
| Tributária - Federal (ii) | 1.327.643 | - |
| Cíveis (iii) | 814.782 | 387.896 |
| | 2.929.768 | 940.238 |

(i) Representado pela provisão constituída conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas ao ISS sobre os serviços prestados aos beneficiários que residem fora do município de Itapetininga.

(ii) A Cooperativa reconheceu a provisão para contingência tributária referente aos débitos de PIS e COFINS do exercício de 2010, no montante de R\$ 1.327.643. Conservadoramente a Administração realizou o depósito judicial no valor da ação discutida.

(iii) O valor provisionado em 2021 representa 12 ações cíveis indenizatórias a usuários de plano de saúde da Cooperativa.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19 Passivos contingentes

A Cooperativa discute aproximadamente 46 ações cíveis indenizatórias no montante de R\$ 7.933.558, 2 ações trabalhistas no montante de R\$ 69.169 e ações tributárias no montante de R\$ 3.475.701 composto pelas seguintes execuções fiscais:

| <u>Agente</u> | <u>Histórico</u> | <u>Valores</u> |
|------------------|--------------------|-------------------------|
| Fazenda Nacional | PIS/COFINS de 2010 | 3.375.701 |
| União Federal | Débitos pendentes | 100.000 |
| | | <u><u>3.475.701</u></u> |

A opinião dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos, pelo andamento atual, classifica-se como possível, mas não provável. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foram constituídas provisões.

20 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva de contingências

Constituída com o objetivo de suportar a Cooperativa diante de demandas judiciais tributárias, administrativas ou assistenciais. Caso não venha a se concretizar a necessidade de utilização, a mesma será revertida para Reserva legal e/ou RATES, conforme determinação da Assembleia Geral.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com o usufruto dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2021 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 528.841 (R\$ 427.646 em 2020), conforme demonstrado abaixo:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Sobra líquida do exercício | 3.812.884 | 6.924.800 |
| Antecipação de sobras | (1.307.268) | (1.248.966) |
| Transferência do resultado com terceiros para RATES | (190.947) | (482.584) |
| Constituição de reservas estatutárias: | | |
| Reserva legal – 10% | (362.193) | (644.223) |
| RATES – 5% | (181.097) | (322.111) |
| Transferência para reserva de contingências “ <i>ad referendum</i> ” da AGO | - | (3.799.270) |
| Transferência para RATES “ <i>ad referendum</i> ” da AGO | (1.242.538) | - |
| Sobras à disposição da AGO | 528.841 | 427.646 |

21 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---------------------|---------------------|
| Eventos/sinistros conhecidos ou avisados | | |
| Consulta médica | (5.880.341) | (5.988.656) |
| Exames | (14.007.215) | (12.046.391) |
| Terapias | (11.034.493) | (9.132.718) |
| Internações | (35.076.133) | (23.826.182) |
| Outros atendimentos ambulatoriais | (53.425) | (59.184) |
| Sistema Único de Saúde - SUS | (159.635) | (84.621) |
| | (66.211.242) | (51.137.752) |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados | 357.918 | 257.219 |
| | (65.853.324) | (50.880.533) |

22 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

| Descrição | Consultas | | | Internações | Outros | Total |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------------|-------------------|
| | médica | Exames | Terapias | | atendimentos | |
| Rede própria | 1.575.869 | 558.004 | 3.311.852 | 7.450.923 | 2.400 | 12.899.048 |
| Rede contratada | 77.381 | 659.286 | 631.984 | 283.302 | - | 1.651.953 |
| Reembolso | (1.459.246) | (51.721) | (110.055) | (79.431) | - | (1.700.453) |
| Intercâmbio eventual | 31.637 | 60.766 | 232.174 | 1.458.535 | - | 1.783.112 |
| Sistema Único de Saúde - SUS | - | - | - | - | 13.911 | 13.911 |
| | 225.641 | 1.226.335 | 4.065.955 | 9.113.329 | 2.400 | 14.633.660 |

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2021 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

23 Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|------------------|
| Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar | | |
| Intercâmbio | 6.045.869 | 3.061.642 |
| Outras receitas com operações de assistência médico-hospitalar | 511.422 | 327.850 |
| | 6.557.291 | 3.389.492 |
| Ingressos com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar | | |
| Taxa de administração de intercâmbio | 445.009 | 462.841 |
| | 445.009 | 462.841 |
| Outros ingressos/ receitas operacionais | | |
| Recursos próprios | 5.094.256 | 3.036.826 |
| Outras receitas operacionais | 545.920 | 606.483 |
| | 5.640.176 | 3.643.309 |
| | 12.642.476 | 7.495.642 |

24 Outros dispêndios/ despesas operac.de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Custo de ociosidade | (7.793.488) | (11.226.859) |
| Despesa com prestação de serviços - outros | (5.280.390) | (2.971.238) |
| Outras despesas operacionais | (964.207) | (1.528.327) |
| | <u>(14.038.085)</u> | <u>(15.726.424)</u> |

- (i) Em 2020, a Cooperativa elaborou os cálculos para medir a ociosidade do hospital, conforme critérios determinados pela administração, dessa forma o saldo é reclassificado do grupo de custo assistencial para outros dispêndios.

25 Dispêndios/ despesas administrativas

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Pessoal | (5.799.040) | (4.842.821) |
| Serviços de terceiros | (2.775.020) | (1.809.249) |
| Localização e funcionamento | (2.144.818) | (1.520.943) |
| Publicidade e propaganda | (504.196) | (507.568) |
| Tributos | (218.472) | (191.754) |
| Diversas | (3.115.228) | (867.228) |
| | <u>(14.556.774)</u> | <u>(9.739.563)</u> |

26 Resultado financeiro líquido

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Ingressos financeiros | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 756.095 | 398.437 |
| Juros por recebidos em atraso | 151.496 | 176.782 |
| Descontos obtidos | 77.504 | 162.879 |
| Outros | 115.088 | 30.111 |
| | <u>1.100.183</u> | <u>768.209</u> |
| Dispêndios financeiros | | |
| Descontos concedidos | (177.206) | (206.481) |
| Juros passivos | (110.507) | (73.629) |
| Juros por pagamento em atraso | (1.275.601) | (65.234) |
| Outros | (10.681) | - |
| | <u>(1.573.995)</u> | <u>(345.344)</u> |
| | <u>(473.812)</u> | <u>422.865</u> |

27 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|------------------|------------------|
| Sobras antes dos tributos | 4.192.145 | 7.368.119 |
| Adições | | |
| Juros de aplicações | 613.803 | 294.700 |
| Exclusões | | |
| Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas | (3.703.726) | (6.515.020) |
| Outras exclusões | (195.990) | - |
| Base de cálculo | <u>906.232</u> | <u>1.147.799</u> |
| Imposto de renda - 15% | (135.935) | (172.170) |
| Adicional do imposto de renda - 10% | (66.623) | (90.781) |
| IRPJ de períodos anteriores | 366 | - |
| Imposto de renda | <u>(202.192)</u> | <u>(262.951)</u> |
| Contribuição social - 9% | (81.561) | (103.302) |
| CSLL de períodos anteriores | (9.518) | - |
| Contribuição social | <u>(91.079)</u> | <u>(103.302)</u> |

28 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de quatro anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 2/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

| <u>Parte relacionada</u> | <u>Natureza da operação</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|
| Conselho de Administração | Prestação de serviços | 750.316 | 880.126 |
| Conselho de Administração | Diárias e pró-labore | 917.908 | 772.766 |
| Conselho de Administração | Capital social | 998.952 | 514.775 |
| Conselho Fiscal | Prestação de serviços | 636.020 | 599.329 |
| Conselho Fiscal | Cédula de presença | 34.197 | 14.857 |
| Conselho Fiscal | Capital social | 429.084 | 347.925 |

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

29.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

29.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

| Descrição | Nota | 2021 | 2020 |
|---|-------------|--------------------------|--------------------------|
| Disponível | | 4.469.484 | 4.473.019 |
| Aplicações financeiras | 5 | 13.681.548 | 12.115.307 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 6 | 2.659.955 | 2.262.371 |
| Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora | 7 | 2.104.791 | 2.508.317 |
| Bens e títulos a receber | 9 | 1.769.795 | 1.097.889 |
| Conta corrente com cooperados | | 18.724 | 62.401 |
| | | <u>24.704.297</u> | <u>22.519.304</u> |

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

29.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possui, aproximadamente, 35% (41% em 2020) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

30 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

- Em 2021

| Descrição | Cooperado | Não cooperado | 2021 |
|---|---------------------|----------------------|---------------------|
| Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde | 81.756.674 | 8.732.347 | 90.489.021 |
| Ingressos com operações de assistência à saúde | 83.492.325 | 8.821.847 | 92.314.172 |
| Ingressos de contraprestações líquidas | 83.485.218 | 8.821.297 | 92.306.515 |
| Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 7.107 | 550 | 7.657 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora | (1.735.651) | (89.500) | (1.825.151) |
| Eventos indenizáveis líquidos | (58.503.778) | (7.349.546) | (65.853.324) |
| Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados | (58.836.009) | (7.375.232) | (66.211.241) |
| Varição da provisão para eventos ocorridos e não avisados | 332.231 | 25.686 | 357.917 |
| Sobra das operações com planos de assistência à saúde | 23.252.896 | 1.382.801 | 24.635.697 |
| Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde | 93.878 | - | 93.878 |
| Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 12.164.982 | 31.936 | 12.196.918 |
| Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar | 6.557.291 | - | 6.557.291 |
| Receita com administração de intercâmbio eventual | 413.073 | 31.936 | 445.009 |
| Outros ingressos/ receitas operacionais | 5.640.176 | - | 5.640.176 |
| (-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde | (445.558) | - | (445.558) |
| Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde | (3.432.635) | (177.006) | (3.609.641) |
| Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde | (2.399.330) | (123.723) | (2.523.053) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | (344.945) | (17.787) | (362.732) |
| Provisão para perdas sobre créditos | (688.360) | (35.496) | (723.856) |
| Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | (14.035.666) | (2.419) | (14.038.085) |
| Resultado bruto | 18.043.455 | 1.235.312 | 19.278.767 |
| Dispêndios/ despesas com comercialização | (137.789) | (14.559) | (152.348) |
| Dispêndios/ despesas administrativas | (13.842.952) | (713.822) | (14.556.774) |
| Resultado financeiro líquido | (450.578) | (23.234) | (473.812) |
| Ingressos/ receitas financeiras | 1.046.233 | 53.950 | 1.100.183 |
| Dispêndios/ despesas financeiras | (1.496.811) | (77.184) | (1.573.995) |
| Resultado patrimonial | 91.589 | 4.723 | 96.312 |
| Ingressos/ receitas patrimoniais | 98.413 | 5.075 | 103.488 |
| Dispêndios/ despesas patrimoniais | (6.824) | (352) | (7.176) |
| Sobra antes da tributação e das participações | 3.703.725 | 488.420 | 4.192.145 |
| IRPJ | - | (202.192) | (202.192) |
| CSLL | - | (91.079) | (91.079) |
| Participações sobre o lucro | (81.773) | (4.217) | (85.990) |
| Sobra líquida do exercício | 3.621.952 | 190.932 | 3.812.884 |

- Em 2020

| Descrição | Cooperado | Não cooperado | 2020 |
|---|---------------------|--------------------------|---------------------|
| Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde | 69.728.832 | 8.340.814 | 78.069.646 |
| Ingressos com operações de assistência à saúde | 71.562.094 | 8.448.139 | 80.010.233 |
| Ingressos de contraprestações líquidas | 71.448.939 | 8.437.866 | 79.886.805 |
| Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 113.155 | 10.273 | 123.428 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora | (1.833.262) | (107.325) | (1.940.587) |
| Eventos indenizáveis líquidos | (44.007.535) | (6.872.998) | (50.880.533) |
| Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados | (44.243.346) | (6.894.406) | (51.137.752) |
| Varição da provisão para eventos ocorridos e não avisados | 235.811 | 21.408 | 257.219 |
| Sobra das operações com planos de assistência à saúde | 25.721.297 | 1.467.816 | 27.189.113 |
| Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde | 227.237 | - | 227.237 |
| Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 7.135.657 | 38.521 | 7.174.178 |
| Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar | 3.389.492 | - | 3.389.492 |
| Receita com administração de intercâmbio eventual | 424.320 | 38.521 | 462.841 |
| Outros ingressos/ receitas operacionais | 3.643.309 | - | 3.643.309 |
| (-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde | (321.464) | - | (321.464) |
| Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde | (2.302.209) | (134.778) | (2.436.987) |
| Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde | (1.614.515) | (94.519) | (1.709.034) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | (232.330) | (13.601) | (245.931) |
| Provisão para perdas sobre créditos | (455.364) | (26.658) | (482.022) |
| Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | (15.718.801) | (7.623) | (15.726.424) |
| Resultado bruto | 15.063.181 | 1.363.936 | 16.427.117 |
| Dispêndios/ despesas com comercialização | (174.618) | (20.622) | (195.240) |
| Dispêndios/ despesas administrativas | (9.200.913) | (538.650) | (9.739.563) |
| Resultado financeiro líquido | 399.478 | 23.387 | 422.865 |
| Ingressos/ receitas financeiras | 725.723 | 42.486 | 768.209 |
| Dispêndios/ despesas financeiras | (326.245) | (19.099) | (345.344) |
| Resultado patrimonial | 427.892 | 25.048 | 452.940 |
| Ingressos/ receitas patrimoniais | 439.759 | 25.745 | 465.504 |
| Dispêndios/ despesas patrimoniais | (11.867) | (697) | (12.564) |
| Sobra antes da tributação e das participações | 6.515.020 | 853.099 | 7.368.119 |
| IRPJ | - | (262.951) | (262.951) |
| CSLL | - | (103.302) | (103.302) |
| Participações sobre o lucro | (72.804) | (4.262) | (77.066) |
| Sobra líquida do exercício | 6.442.216 | 482.584 | 6.924.800 |

31 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Resultado antes dos impostos e participações | 4.192.145 | 7.368.119 |
| Ajustes: | | |
| Depreciações e amortizações | 1.547.848 | 1.244.303 |
| Resultado na alienação de bens | 12.073 | 15.946 |
| Juros incorporados ao capital de investimentos em cooperativas | (106.497) | (323.481) |
| Provisão para perdas sobre créditos | 179.599 | 482.022 |
| Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde | (374.153) | (366.113) |
| Provisões para ações judiciais | 1.989.530 | 528.415 |
| | 7.440.545 | 8.949.211 |
| (Aumento) / Diminuição de ativos | | |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | (267.274) | (116.248) |
| Aplicações livres | (1.298.967) | (153.352) |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | (577.183) | (667.407) |
| Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 403.526 | (848.617) |
| Créditos tributários e previdenciários | (154.972) | (22.957) |
| Bens e títulos a receber | (1.979.174) | (355.905) |
| Despesas antecipadas | (656) | (10.210) |
| Conta corrente com cooperados | 43.677 | (43.712) |
| Depósitos judiciais | (1.547.589) | (65.103) |
| | (5.378.612) | (2.283.511) |
| Aumento (diminuição) de passivo | | |
| Eventos/ sinistros a liquidar | 318.859 | (188.046) |
| Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 356.031 | (94.718) |
| Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente | (172.098) | 196.204 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 125.350 | 452.501 |
| Débitos diversos | (240.662) | (601.621) |
| Conta corrente com cooperados | 82.041 | - |
| | 469.521 | (235.680) |
| Caixa gerado nas operações | 2.531.454 | 6.430.020 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (293.271) | (366.253) |
| Participações sobre o lucro | (85.990) | (77.066) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto | 2.152.193 | 5.986.701 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto | 2.152.193 | 5.986.701 |

32 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.